


Sociedade Campineira de Educação e Instrução
CNPJ nº 46.020.301/0001-88

-> continuação		Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras em 31 de Dezembro de 2017 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)									
29. Doações e contribuições											
A Associação recebeu doações e contribuições de pessoas físicas e jurídicas. Conforme composição a seguir:											
	2017	2016									
Recetas (i):											
Materiais e medicamentos	252	97									
Passivo circulante e não circulante (ii)											
Bens de capital	250	167									
	502	264									
i) Estas doações estão apresentadas no item "Outras receitas" na nota 18.											
ii) Eventualmente, a Associação recebe doações que são aplicadas nas finalidades para a qual se destinam, de acordo com os objetivos institucionais. No exercício de 2017 a SCEI recebeu o montante de R\$250 (R\$167 em 2016) em doações, sendo que aquelas não destinadas ao custeio, referentes principalmente a itens de mobilizado, e que em 2017 foram registradas em contrapartida no passivo e serão realizadas no resultado atendendo a expectativa de vida útil do bem. Em 2017 foi realizado o montante de R\$28 (R\$23 em 2016).											
30. Partes relacionadas											
Remuneração de dirigentes:											
Com base no seu Estatuto Social, Artigo 23 o qual determina que: "Os associados, os ocupantes dos cargos de Diretoria e os membros do Conselho Fiscal não serão remunerados e não receberão vantagens ou benefícios de qualquer natureza, nem lhes será distribuída qualquer parcela do patrimônio ou das rendas da SCEI, a título de lucro, bonificação, vantagem ou participação, sob nenhuma forma ou pretexto". Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 não foram efetuados pagamentos aos dirigentes a este título.											
Sebastião Carlos Blasi - Vice-Presidente		Paulo Hirata - Gerente de Controladoria									
		Robson Luiz Rodrigues Custódio - Contador CRC 1SP 264105/O-1									
Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Financeiras											
<p>comentado na referida Nota 1 às demonstrações financeiras, foi realizado protocolo de renovação junto ao MEC no dia 29 de junho de 2012 e 18 de dezembro de 2015, respectivamente, dentro do prazo previsto na Lei nº 12.101/2009, aguardando-se análise pelo órgão governamental, permanecendo válida a certificação até a data da decisão sobre o requerimento, conforme preconizado no artigo 24, § 2º da referida Lei. A ausência da certificação como entidade beneficente pode resultar na possibilidade de exigência de pagamento das contribuições previdenciárias patronais. Nossa opinião não está ressaltada em função desse assunto.</p> <p>Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras</p> <p>A administração da Associação é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Associação continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Associação ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Associação são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.</p> <p>Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras</p> <p>Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.</p> <p>Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:</p>											
<p>Aos Administradores e Diretores</p> <p>Sociedade Campineira de Educação e Instrução</p> <p>Opinião</p> <p>Examinamos as demonstrações financeiras da Sociedade Campineira de Educação e Instrução ("Associação"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Sociedade Campineira de Educação e Instrução em 31 de dezembro de 2017, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.</p> <p>Base para opinião</p> <p>Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Associação, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.</p> <p>Ênfases</p> <p>Conforme mencionado na Nota 15 (b)(ii) às demonstrações financeiras, a Associação foi autuada pela Receita Federal do Brasil, referente à contribuição patronal e outras questões tributárias, no montante histórico original de R\$ 472.889 mil, relativo a diversas autuações de 2006 e 2012, todas elas com defesas judiciais ou administrativas em andamento. A avaliação da Administração, baseada no opinião de seus consultores jurídicos, é de que atualmente não há expectativa de perda provável para esse risco e, como consequência, nenhuma provisão foi registrada nas demonstrações financeiras. Nossa opinião não está ressaltada em função desse assunto.</p> <p>Conforme mencionado na Nota 1 às demonstrações financeiras, a Associação, por meio do Ministério da Educação - MEC, ainda não obteve a renovação da Certificação de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS), referente aos triênios de 1º de janeiro de 2013 a 31 de dezembro de 2015 e de 1º de janeiro de 2016 a 31 de dezembro de 2018 e, conforme</p>		<p>31. Seguros (Não auditado)</p> <p>A Associação possui um programa de gerenciamento de risco com o objetivo de delimitá-los, buscando no mercado coberturas compatíveis com o seu porte e operação. As coberturas foram contratadas por montantes considerados suficientes pela administração para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza da sua atividade, os riscos envolvidos em suas operações e a orientação de seus consultores de seguros.</p> <p>Em 31 de dezembro de 2017, a Associação apresentava as seguintes principais apólices de seguro contratadas com terceiros:</p> <table border="1"> <thead> <tr> <th>Ramos</th> <th>Importâncias seguradas</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Ativo imobilizado</td> <td style="text-align: right;">629.575</td> </tr> <tr> <td>Responsabilidade civil</td> <td style="text-align: right;">24.520</td> </tr> <tr> <td></td> <td style="text-align: right;">654.095</td> </tr> </tbody> </table>		Ramos	Importâncias seguradas	Ativo imobilizado	629.575	Responsabilidade civil	24.520		654.095
Ramos	Importâncias seguradas										
Ativo imobilizado	629.575										
Responsabilidade civil	24.520										
	654.095										
<p>• Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria apropriados a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.</p> <p>• Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Associação.</p> <p>• Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.</p> <p>• Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Associação. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Associação a não mais se manter em continuidade operacional.</p> <p>• Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.</p> <p>Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.</p> <p style="text-align: right;">Campinas, 29 de março de 2018</p>											
		 PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes CRC 2SP000160/O-5									
		Eduardo Dias Vendramini Contador CRC 1SP220017/O-4									